

ENSINANDO DEMOCRACIA: CONCEITO, PERCEPÇÕES E APLICABILIDADE EM SALA DE AULA

Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kylia)  ¹

Resumo

Vivemos em um Estado Democrático de Direito, o que significa que a soberania é popular, pelo menos no papel. Neste artigo, vamos nos encaminhar para o contexto da sala de aula, e a partir de respostas dadas por professores e professoras de Sociologia aprofundar a aplicabilidade do conceito durante as aulas. Sendo assim, nosso objetivo geral é analisar concepções de professores e professoras a respeito do conceito de Democracia. A metodologia utilizada para alcançá-lo foi o método qualitativo de pesquisa denominado “bola de neve”, por meio de um questionário disponibilizado às pessoas participantes, em que abordamos as percepções de professores e professoras de sociologia a respeito do conceito de democracia e sua aplicabilidade em sala de aula. Concluímos que a escola deve ser uma instituição democrática, propiciando a educação democrática. A sala de aula, é então o ambiente em que alunos e alunas entrarão em contato com os princípios democráticos, facilitando conhecimentos sobre si, sua comunidade e a sociedade circundante, o que pode vir a efetivar uma cidadania ativa.

Palavras-Chave: Democracia; Escola; Ensino de Sociologia; Cidadania ativa; Equidade.

TEACHING DEMOCRACY: CONCEPT, PERCEPTIONS AND APPLICABILITY IN THE CLASSROOM

Abstract

We live in a Democratic State of Law, which means that sovereignty is popular, at least on paper. In this article, we will move to the classroom context, and based on answers given by Sociology teachers, we will delve deeper into the applicability of the concept during classes. Therefore, our general objective is to analyze male and female teachers' conceptions regarding the concept of Democracy. The methodology used to achieve this was the qualitative research method called “snowball”, through a questionnaire made available to participants, in which we addressed the perceptions of sociology professors regarding the concept of democracy and its applicability. in the classroom. We conclude that the school must be a democratic institution, providing democratic

¹ Pedagoga e Cientista Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestre em Antropologia Social (UFMS) e Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: julianadiarteciso@gmail.com



education. The classroom is therefore the environment in which students will come into contact with democratic principles, facilitating knowledge about themselves, their community and the surrounding society, which can lead to active citizenship.

Keywords: Democracy; School; Teaching Sociology; Active citizenship; Equity.

1 Introdução

De forma mais inicial o conceito de Democracia pode ser definido como uma prática política em que de alguma forma destina-se o poder de decisão política aos cidadãos e cidadãs que fazem parte da comunidade. Etimologicamente, a palavra de origem grega é formada por outras duas, "demos" que significa povo e "kratos" que significa poder. Segundo Corte e Corte (2018), a Democracia não se limita enquanto fundamento que legitima o exercício do poder popular, mas deve ser entendida como um método propriamente dito, que organiza os procedimentos administrativos, por isso, as democracias estão sempre associadas às suas Constituições (Corte; Corte, 2018).

Se nos aproximarmos deste conceito e exercício no contexto da Democracia brasileira precisamos ter em mente que a democracia como sistema de governo é historicamente recente no país, destacando que foi em 1989 que "[...] a população retorna ao âmbito político, pois após vinte seis anos, sem eleições para presidente, é eleito por meio do voto direto o representante para presidência da República" (Sales, 2014, p. 51).

A Constituição Federal, já em seu artigo 1º ressalta que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político (Brasil, 1988).

Segundo o exposto na legislação brasileira, o país constitui-se como um Estado Democrático de Direito, sendo o sistema democrático representativo e participativo, em que se destaca a soberania do estado, a cidadania e dignidade humana, bem como o pluralismo político. Sales (2014), evidencia que na



estrutura Democrática a participação popular serve como forma de controle na competição entre grupos políticos (Sales, 2014).

A busca pelo entendimento do significado de Democracia por parte de professores e professoras de Sociologia que devem ensinar este conteúdo em sala de aula, demonstra-se necessária no contexto brasileiro. Podemos usar como exemplo um acontecimento recente, no dia 07 de setembro (dia em que se comemora a Independência brasileira) de 2021 aconteceram diversas manifestações convocadas pelo então presidente Jair Bolsonaro em diversos pontos do Brasil. As manifestações em geral apoiavam o governo e nelas foram feitas ameaças antidemocráticas por quem estava protestando. Pedidos de intervenção militar e ameaças contra o Supremo e o Congresso foram feitas, em certo momento uma notícia falsa (*fake news*) foi espalhada pelas diversas redes sociais, (des)informando que o país estaria em estado de sítio (o que significaria que o Executivo sobressairia aos outros poderes (Legislativo e Judiciário), sendo assim, teria ação imediata para garantir a solução de um determinado problema). Este estado de sítio foi comemorado por diversas pessoas apoiadoras daquele governo pelo país, pois acreditava-se que este acontecimento faria com que o presidente do país tomara o controle do Estado. Pensar neste exemplo pode nos aproximar um pouco do entendimento do conceito de Democracia compartilhado pelas pessoas manifestantes, e também pensar contexto brasileiro. Em que se chega a comemorar que um presidente eleito democraticamente, tome para si todas as decisões do país.

Partindo deste contexto, temos na escola um lugar possível para o Ensino do significado e implicações da Democracia. Tais discussões podem partir inclusive do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que destaca o fato de que discussões a respeito da Democracia devem fazer parte do currículo, em seu artigo 27, a lei dispõe: "Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática" (Brasil, 1996).

Outro documento que pode ser citado neste contexto é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento "[...] de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (Brasil, 2018), destaca a necessidade de: "Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva" (BRASIL, 2018).

Esta pesquisa busca iniciar tal discussão, neste sentido, o objetivo é: Analisar concepções de professores e professoras a respeito do conceito de Democracia. Para que isso acontecesse foi disponibilizado um questionário, em um primeiro momento para pessoas próximas que lecionam a disciplina de Sociologia em escolas Públicas, essas pessoas responderam ao questionário e o repassaram para outras e outros professores(as) de sociologia conhecidos.



Sendo assim, utilizou-se do método qualitativo de pesquisa denominado “bola de neve”, em que as primeiras pessoas (sementes) nos auxiliaram na localização de outras pessoas com o perfil necessário para a pesquisa (Vinuto, 2020). A(s) semente(s) é “que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada” (Bockorni; Gomes, 2021, p. 108).

O método bola de neve parte de pressupostos etnográficos, em que, “[...] são coletadas informações a partir de um entrevistado(a) para sugerir ou recomendar outros sujeitos para continuar a entrevista e coletar as demais informações” (Szeremeta, 2017, p. 175), que serão analisadas. Por esse motivo, cada uma das pesquisadoras encontrou um primeiro sujeito (semente), para quem foi enviado o formulário com as questões desta pesquisa. Essas sementes receberam a incumbência de, além de responder as questões, já que fazem parte do grupo foco desta pesquisa, compartilhar o formulário com seus pares. As sementes compartilharam o formulário, e além do pedido de que seus pares respondessem as questões, transmitem a missão de compartilhamento do formulário. Assim chegamos ao número total de respondentes desta pesquisa.

As questões do formulário respondido partiram primeiramente da existência de várias legislações que privilegiam este conceito de Democracia (incluindo as legislações relacionadas à educação nacional), e também da busca pelas percepções de professores e professoras de Sociologia a respeito do conceito. Bem como, como esses e essas docentes promovem tal discussão.

Como forma de responder essa e as outras questões, foi criado um formulário no *Google Docs*, para que fosse disponibilizado às pessoas participantes. Este formulário levou o título “Democracia na Sociologia” e constituiu-se de 18 questões norteadoras:

A partir da metodologia “bola de neve” alcançamos respostas de 14 professores e professoras que lecionam a disciplina de Sociologia, tornando possível iniciar uma discussão a respeito do “como” trabalhar a Democracia em sala de aula. As pessoas participantes desta pesquisa têm de 25 a 57 anos, 7 delas são mulheres e 7 são homens.

2 A Escola Pública e o conceito de Democracia

Pensar o âmbito da escola e sala de aula nos encaminha para um lugar de convivência que tem como objetivo a formação de seus e suas alunas. O primeiro ponto a ser destacado é que a convivência fomentada em contexto escolar diz respeito à aproximação em uma sociedade que é plural, surge aí a necessidade de uma convivência democrática, portanto, de uma educação para a democracia. Visto que a democracia entendida como forma de governo e como modos de vida, deve ser objeto de contestação, e também de afirmação “[...] enquanto possibilidade de participação e de convivência em sociedades plurais” (Marcon, 2015, p. 378).



A autora Benevides (1994) traz para debate o fato de que a educação política do povo é indispensável para a democracia e cidadania, isso porque é na educação que se têm a base para a causa e se constitui a consequência democrática (Benevides, 1994). Pode-se entender então, que a democracia vai sempre depender dos processos educativos vivenciados pela população, neste sentido “[...] não há como pensar em sociedades democráticas sem uma educação que prepare democraticamente” (Marcon, 2015, p. 384).

Partindo de tal contexto, torna-se fundamental as percepções de professores e professoras de sociologia a respeito da Democracia, entendendo que a escola é fundamental instituição educativa em nossa sociedade, sendo formadora de cidadãos e cidadãs críticas, desenvolvendo suas capacidades de participação, opinião e decisão.

Vale destacar aqui que, Democracia está ligada aos direitos inerentes à pessoa humana, é por isso que, quando se traz o exemplo constitucional, destacamos que estamos falando de um Estado Democrático de Direito. Nos aproximando novamente da autora Benevides (1996) temos como definição do conceito de Democracia sendo “[...] o regime fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos” (Benevides, 1996, p. 225, *apud*, Marcon, 2015). Portanto, a Democracia deve ser analisada associada a seu contexto político e social, de liberdade e de justiça social. Por fim, temos nos processos educativos lugares privilegiados para a construção de percepções ante a Democracia, destacando a sala de aula como possível fomentadora deste debate.

É nesse contexto que a escola ganha maior significação, pois ela se constitui num espaço de formação democrática tanto em relação à formulação dos pressupostos quanto na efetivação de experiências participativas [...] A educação democrática deve produzir um duplo movimento: criar condições para as aprendizagens dos que precedem as novas gerações e, ao mesmo tempo, criar condições para que as novas gerações façam suas experiências próprias (Marcon, 2015, p. 390).

Ora, temos então que, uma escola democrática deve ser solo fértil para a criação de ambiente próprio para aprendizagens significativas, levando em consideração os conhecimentos acumulados e a história, efetivando as experiências de seus alunos e suas alunas, sendo as experiências participativas espaço para a formação democrática. Busca-se nas próximas linhas discutir tal efetivação.



3 O conceito de democracia e a percepção dos professores e das professoras de Sociologia

Vale iniciar nossa discussão que às 14 pessoas interlocutoras desta pesquisa consideram possível colocar em prática o conceito de Democracia em sala de aula. Todos(as) já discutiram o conceito de democracia com seus alunos e suas alunas (exceto 1 participante que ainda não leciona), por isso iniciaremos nos aproximando das definições dadas para o conceito de Democracia. A partir das análises as respostas foram divididas em 6 grupos que discutem a partir de uma mesma definição e/ou que se aproximam.

O primeiro grupo definiu o conceito de democracia como:

Poder de escolha do povo; (professor(a) entrevistado(a) 07)

Poder do povo; (professor(a) entrevistado(a) 03)

É o poder do Povo de poder escolher seus governantes e atuar ativamente como cidadão dentro da sociedade; (professor(a) entrevistado(a) 11);

Democracia é um regime de governo cujo poder se concentra no povo, ou seja, independente se ela for direta como na Grécia antiga onde cada cidadão tinha sua representação política na pólis ou indireta onde o povo elege pelo voto seus representantes. (professor(a) entrevistado(a) 09);

Podemos concluir que, 4 das pessoas participantes estão pensando o conceito de Democracia a partir da ideia de uma cidadania ativa (democracia participativa), que segundo Benevides (1994) "é aquela que institui o cidadão como portador de direitos, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política" (Benevides, 1994, p. 9).

A segunda percepção dedicou seu foco às diferenças, quando definiu o conceito de democracia, veja:

Convívio com as diferenças (professor(a) entrevistado(a) 2);

Respeito às diferenças e igualdade na diversidade (professor(a) entrevistado(a) 6).



A segunda percepção se aproxima de uma discussão a respeito dos Direitos Humanos, entendendo a Democracia como forma de superação das injustiças, preconceitos e estereótipos tanto no ambiente escolar, quanto na sociedade em geral. Isso porque,

Em nossa sociedade, a diferença inserida no contexto das relações de poder serve para minimizar ou invisibilizar o outro. A diferença passa a ser um ponto negativo na avaliação do sujeito que toma a si mesmo como ponto de referência. Em linhas gerais, as relações de poder acabam por definir o padrão a ser seguido, a forma de agir e de se comportar validados como socialmente aceitáveis. É como se cada indivíduo tivesse que ser condicionado às expectativas da sociedade em relação ao "lugar" que deve ocupar (ALMEIDA, 2021, p. 165).

A escola, bem como a sala de aula, são ambientes que refletem as diferenças, sejam de idade, raça/etnia, gênero, classe social, sexualidade, e até mesmo de aspirações e capacidades. Agir de forma a minimizar as expectativas sociais que direcionam as diferenças é crucial no ambiente educativo, entendendo que as diferentes pessoas em sala, que são diversas entre si, podem enriquecer os debates, trazendo pontos de vista novos à tona.

Ainda partindo da perspectiva que leva em consideração os Direitos Humanos, temos ressaltado o direito à igualdade, partindo da definição de Democracia como;

Um sistema de governo que predispõem a igualdade entre os agentes sociais e que busca, no limite, a redução efetiva das desigualdades (professor(a) entrevistado(a) 01);

Diminuir a desigualdade (professor(a) entrevistado(a) 12);

Democracia é um sistema onde a maioria escolhe seus representantes, e as leis do país sejam justas para todos, sem discriminação. (professor(a) entrevistado(a) 10).

Percebe-se assim o entendimento de que existem desigualdades sociais, que podem gerar discriminação. Se nos aproximarmos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), encontraremos no 21º artigo o seguinte: "2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país". A Democracia seria então um instrumento de justiça social, que por meio dos governantes (escolhidos pela maioria das pessoas) buscaria formas efetivas de redução das desigualdades.

O quarto grupo vai definir Democracia da seguinte forma:



Ampliar participação da sociedade em todas as esferas;
(professor(a) entrevistado(a) 04)

Estado de governo onde a representatividade da população
acontece apresentando as demandas das várias esferas
governamentais; (professor(a) entrevistado(a) 08);

Um sistema político baseado na liberdade individual e no bem
comum; (professor(a) entrevistado(a) 13).

Forma de organização do poder que visa a participação dos
indivíduos para a tomada de decisão. (professor(a) entrevistado(a)
14).

Essas definições trazem para discussão a atuação individual na
democracia, evidenciando que a Democracia é representativa, ou seja, vota-se
em alguém que irá lhe representar. Partindo da questão de que é
responsabilidade do cidadão e da cidadã apresentar demandas, as esferas
governamentais percebemos “a importância e a tendência de buscar na
participação ativa do cidadão uma forma de ampliação e legitimação do sistema
democrático” (Klein, 2007, p. 4).

A última percepção nos leva para um quadro diferenciado dos outros,
pois define Democracia como:

Conciliação. (professor(a) entrevistado(a) 05).

Isso nos leva a discussão a respeito da mediação de conflitos, o que se
contextualiza a partir de uma questão mais ligada ao jurídico, de acesso à justiça
e cidadania, remetendo a problemas jurídicos e conflitos de interesse. Isso pode
nos levar a considerar mediação de conflitos e a possibilidade de construção de
percepções que podem tornar o cidadão e a cidadã pessoas participativas, que
buscam seus direitos.

Para Estêvão (2008) na sociologia das organizações educativas “[...] a
abordagem política é deveras importante, com realce para várias dimensões que
normalmente não emergem, como é o caso dos poderes e do conflito, da
diversidade de interesses, de estratégias, de resistências, da necessidade de
negociação” (Estêvão, 2008, p. 507).

A escola pode ser então compreendida como uma “arena política”, pois
é o lugar em que a pluralidade de metas, de objetivos, de interesses, de
racionalidades e lógicas de ação se encontram e entram em conflito. A escola e
a sala de aula são lugares onde acontecem jogos de poder e confrontos, bem



como, coligações, alianças e pactos acontecem de várias formas (Estêvão, 2008). Sendo assim, a percepção de Democracia como Conciliação estaria atenta a tais questões cotidianas do espaço, mediando-as como forma educativa cidadã.

Sendo assim, não há exatamente um consenso a respeito do conceito de Democracia a partir das definições dos/as participantes, entretanto, percebe-se que diferentes grupos têm focos diferentes quando se trata de um conceito tão amplo.

A partir das definições e discussões possíveis a partir delas podemos pensar a importância desta discussão no ambiente escolar. Ao serem perguntadas sobre a importância da discussão a respeito da Democracia em sala de aula, todas as pessoas responderam favoravelmente. E 10 pessoas seguiram suas respostas destacando os porquês.

A primeira resposta destaca que a Democracia deve ser discutida ligada ao contexto social democrático atual vivenciado:

Com certeza! Devido aos ataques que o sistema tem recebido nos últimos anos (tanto no Brasil, quanto no resto do mundo) (professor(a) entrevistado(a) 01).

Giroto (2013) destaca que, construir uma escola que seja democrática faz parte do enfrentamento de práticas patrimonialistas, quando se trata da gestão da coisa pública, ao mesmo tempo enfrenta o avanço de políticas neoliberais. O autor ainda destaca que este avanço que políticas neoliberais visam transformar em privilégio direitos constitucionalmente conquistados.

Sendo assim, percebemos que a perspectiva exposta por esta resposta tende a analisar a democracia a partir dos pontos que a têm composto em nosso momento histórico, percebendo que,

De um lado, o modelo patrimonialista e neoliberal, baseado na diminuição da ação estatal das ações que obrigatoriamente lhe cabem e a entrega das mesmas, quando convém, aos interesses do mercado e dos agentes privados, o que resulta numa privatização ampliada do espaço público e num processo de despolitização (Giroto, 2013, p. 28).

Neste sentido há a necessidade de pensar a partir do contexto, para que seja possível contrapor ideias como de gestão democrática, popular e participativa, destacando que a base para tais desenvolvimentos democráticos é a criação de instâncias públicas de participação integral popular em que se exerce plenamente a cidadania. "Tais modelos, em diferentes escalas, permeiam as escolas públicas brasileiras e revelam as contradições existentes numa



sociedade que mesmo antes de ser pública vai sendo privatizada” (Giroto, 2013, p. 28).

A próxima justificativa acessada diz respeito a desmistificação de entendimentos gerados pelo senso comum, neste sentido a resposta recebida foi:

Sim, com certeza. Pois existe muito senso comum em torno da questão (professor(a) entrevistado(a) 03).

O cuidado notado nesta resposta nos leva a perceber que um processo de ensino-aprendizagem que visa uma formação cidadã deve estar pautado em uma educação política. A educação política pode ser entendida como “[...] a aprendizagem profunda dos mecanismos fundamentais do regime democrático, a aderência aos valores estruturantes da democracia e prática cotidiana de comportamentos condizentes com esse conjunto de valores” (Santos, 2018, p. 20). Segundo o autor Santos (2018), uma educação política “[...] é um dos elementos centrais para o aprofundamento e aperfeiçoamento das democracias e para sua sustentação ao longo do tempo” (Santos, 2018, p. 20).

Vale destacar novamente que a educação é quem sustenta a democracia, e efetiva sua qualidade, isso porque, no momento em que as pessoas que compõem a sociedade vão tomando consciência engajada e orientada, tendem a tomar atitudes cotidianas em defesa da organização democrática para a vida em comum. Para que o engajamento consciente seja possível, é preciso, ao mesmo tempo, ter compromisso ético-político, que diz respeito a “um conjunto de crenças e uma adesão forte a valores tipicamente democráticos, com disponibilidade para a defesa das regras do jogo democrático” (Santos, 2018, p. 20). E também uma competência técnico-operativa, isso quer dizer “conhecimentos conceituais/procedimentais e habilidades indispensáveis à participação democrática consistente e emancipada” (Santos, 2018, p. 20). É neste contexto que a escola e sala de aula efetivam seu papel na democracia, pois é o ambiente propício para que cidadãos e cidadãs munam-se de comprometimento ético-político e habilidades técnico-operativas.

As respostas seguintes levam de certa forma a mesma percepção, veja:

Sim, pois incentiva o respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias; (professor(a) entrevistado(a) 04);

Sim, pode ampliar a visão dos estudantes sobre as diversidades que compõem a sociedade; (professor(a) entrevistado(a) 06);

Sim, pois é uma forma de garantia de uma sociedade mais justa. (professor(a) entrevistado(a) 12).



Pensar em justiça social, respeito à diversidade, respeito ao pluralismo de ideias, no contexto escolar, sinaliza que as discussões em torno da Democracia podem ser mediadoras no desenvolvimento de competências comportamentais, essas competências dizem respeito a capacidade de agir a partir dos princípios democráticos.

Para o autor Audigier (2000 *apud*, Fernandes, 2018), essas capacidades para ação ou competências sociais estariam relacionadas a:

(i) à capacidade de viver com outras pessoas e de cooperar, implementando e construindo projetos conjuntos e assumindo responsabilidades, por exemplo; (ii) à competência de resolver conflitos de acordo com os princípios do direito democrático, como a escuta de diferentes partes de um debate aberto a fim de se alcançar um acordo adequado; e (iii) à capacidade de tomar parte em debates públicos, com o desenvolvimento da argumentação e da escolha em situações da vida real (Audigier, 2000, *apud*, Fernandes, 2018, p. 55).

A sala de aula, mediada pelos e pelas docentes, é capaz de levantar discussões democráticas que podem facilitar o desenvolvimento da capacidade de respeitar as diversidades e as ideias diferentes, isso porque, por si só, o próprio ambiente é constituído por diversidade. Sendo assim, fomentar momentos, e discussões que levem a cooperação, resolução de conflitos, posicionamentos em debates públicos, o desenvolvimento de argumentação, o desenvolvimento da capacidade de escolha, fazem parte do papel da educação enquanto instrumento democrático. Formando-se assim, cidadãos e cidadãs preparados para a ação e com competências sociais.

Fica perceptível também o entendimento da escola/sala de aula como o lugar que pode ser o único ambiente em que alunas e alunos terão contato com o conceito de Democracia.

Com certeza. Muitos estudantes não sabem o básico sobre democracia, não sabem dos seus direitos e deveres e como podem se unir em prol a um bem coletivo (professor(a) entrevistado(a) 11);

Sim, pois as construções democráticas onde a demanda de várias comunidades e grupos sociais são apresentadas (professor(a) entrevistado(a) 08);

Sim. Porque é fundamental que adolescentes já tenham noção quais os princípios que nosso estado deve seguir, e entender que eles devem ter voz ativa dentro da sociedade, pois, por lei, eles



têm esse direito: o direito de escolha (professor(a) entrevistado(a) 10).

Ora, a Democracia constitui-se para que o bem comum seja alcançado, mas como pessoas que não conhecem seus direitos e deveres poderão agir em prol dele? Em que outro lugar irão aprender sobre as democracias, comunidades e grupos sociais? Onde mesmo que se irá discutir os princípios do Estado? Como irão saber ter voz ativa? e etc. A sala de aula, torna-se ambiente propício para uma mudança de perspectivas, isso torna evidente a importância da disciplina de Sociologia, isso porque, a mesma é a ciência humana que tem como foco o estudo das sociedades, observando seus comportamentos, função e processos de associação, seus grupos e instituições.

Das disciplinas ofertadas na educação regular, é a Sociologia capaz de inserir educandos e educandas na cultura política, a cultura política é um “[...] conceito multidisciplinar que integra antropologia, sociologia e psicologia, e trabalha com as expressões subjetivas dos cidadãos em relação às instituições e processos da vida nacional” (Jardim, 2018, p. 38).

Entende-se ainda a Democracia como tema multidisciplinar, passível de ser desenvolvido nas demais disciplinas alinhadas às questões cotidianas, podendo citar como questão fundamental a discussão a respeito do percurso histórico do ser humano que foi e é trilhado desde os primórdios da humanidade até o presente momento. Convenciona-se partir do pressuposto de que a compreensão a respeito de sua constituição histórica, econômica e política é fundamental para que se construa discussões permeadas de significado individual e coletivo. Conhecer para identificar/exigir seus direitos e deveres, culminando em um ser capaz de exercer papel ativo na construção de uma sociedade de direito. Essa mesma percepção, da importância das discussões democráticas em ambiente escolar, está evidenciada no último grupo de resposta à questão dos porquês da importância dessa discussão em sala.

Sim, pois a escola é um lugar ideal para essa discussão. Entendermos os princípios democráticos são importantes para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica; (professor(a) entrevistado(a) 13);

Sim. Tal tema é importante para a formação cidadã. Segundo Carole Patman a participação é um processo, tem caráter educativo. Mais participação resulta em mais participação. (professor(a) entrevistado(a) 14).

Aprender sobre Democracia é a forma de construção de uma cidadania ativa e crítica, levando em consideração que a própria construção e processo da disciplina pode ser participativo, construindo na prática o que se discute.



A partir das respostas descritas, torna-se importante destacar que a compreensão clássica sobre a democracia participativa, foi elaborada por Carole Pateman, e salientou a necessidade de “expansão dos procedimentos democráticos para além do Estado, vinculando a vivência cotidiana à educação política e propondo um modelo que exigia transformações profundas nas relações de produção” (Miguel, 2017, p. 84). Sendo assim, a percepção dada na resposta, nos leva a entender que, a vivência cotidiana deve ser objeto de discussão em sala de aula, e a partir da mesma, há possibilidade de construção de processos democráticos. Ora, vivenciar processos democráticos em última instância pode fomentar o entendimento de que em uma Democracia participativa, cidadãos e cidadãs podem/devem romper as fronteiras entre participação e representação.

Como salientado ao longo desta escrita, as pessoas interlocutoras são docentes que lecionam a disciplina de Sociologia, por isso, depois desta discussão mais conceitual iremos adentrar em suas práticas. As pessoas interlocutoras atuam como professores e professoras entre 1 e 10 anos, todas(os) possuem pelo menos graduação, em diversas áreas das ciências humanas, como Geografia, História, Pedagogia, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais. Dentre as 14, 8 pessoas sempre tiveram como objetivo serem professoras e professores.

Ao serem indagados(as) sobre a possibilidade de colocar em prática o conceito de Democracia em sala de aula, todos(as) responderam ser possível. Entretanto veem como obstáculos para essa prática: a falta de tempo disponível para as aulas de sociologia (presente em 8 respostas); A falta de recursos materiais na escola como, projetores e materiais didáticos (presente em 3 respostas); A quantidade elevada de estudantes por turma; e Dificuldades relacionadas à aplicação prática, seja por falta de entendimento dos conceitos teóricos, deslocamento do senso-comum e a falta de metodologias específicas (presente em 4 respostas).

Isso nos possibilita problematizar o fato de que, professores e professoras que entendem o conceito de Democracia, escolheram lecionar, e estão no chão da escola não estão conseguindo efetivar nem mesmo discussões a respeito do conceito, quanto mais praticar uma Educação Democrática. Como então se pode vencer os obstáculos institucionais para que princípios democráticos sejam ensinados e em última instância possam possibilitar o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs ativos(as) e críticos(as)? Vamos às práticas do grupo entrevistado(a).

Quando indagamos sobre “como a prática da democracia ocorre, ou pode ocorrer em sala de aula?”, nos deparamos com as seguintes exemplificações:

É preciso mostrar que democracia é mais que um mero sistema decisório onde a maioria vence. Costumo fazer uma dinâmica em que peço que a sala escolha entre cachorro quente e pizza. Após a escolha faço-os refletir para solucionar um problema: sou alérgico a comida escolhida. Como farei para me alimentar se a maioria



escolheu determinado prato. Com essa dinâmica mostro a eles que democracia predispõe que todos sejam contemplados a despeito de terem sido vencidos na votação. (professor(a) entrevistado(a) 01).

Este primeiro exemplo evidencia de forma simples, uma possibilidade de iniciar a discussão a respeito do fato de que a Democracia não deve levar apenas em consideração a maioria, mas também avaliar as necessidades de grupos minoritários, destacando a possibilidade de busca de equidade na sociedade. Outro exemplo dado nas respostas foi a possibilidade de propor atividades que estimulem a solução de problemas, em que seja compartilhada a autoridade e a responsabilidade. Essa proposta nos parece também destacar o/a docente como mediador/a, permitindo que estudantes estejam de igual forma compartilhando a autoridade e responsabilidade em sala de aula. Pensar a possibilidade deste compartilhamento demonstra de forma prática como a cidadania é efetiva em contexto democrático.

A possibilidade de construção de debates foi a forma de efetivação da Democracia em sala de aula mais citada, destaca-se o papel docente como mediador(a). Dando atenção a necessidade de escuta e reflexão, podendo pautar-se, por exemplo, em fóruns que levanten questões relevantes aos alunos e alunas. Percebemos também que para as pessoas participantes desta pesquisa, deixar a sala de aula aberta ao debate é uma forma de torná-la democrática. Filmes, músicas, entrevistas, vídeos demonstraram-se materiais possíveis para iniciar debates.

Há por fim o destaque na relação professor(a)-aluno(a), delineando possibilidades como, a flexibilização das aulas (com proposta de aulas invertidas e avaliações diferenciadas, por exemplo). Isso porque de forma geral, a partir das falas fica evidente que há a necessidade de que as relações sejam pautadas no respeito.

A prática democrática em sala de aula também foi exemplificada na construção de normas e combinados, na formação de um grêmio estudantil e na escolha (votação) de um(a) líder de turma. Percebemos essas práticas como forma de aproximação aos processos eleitorais e legais (direitos e deveres) que envolvem a cidadania.

Há uma última resposta a essa questão que parece importante destacar, pois resume todos os exemplos dados:

Através do exercício da cidadania em seu aspecto mais amplo, para tornar tangível a noção de democracia. (professor(a) entrevistado(a) 02);

Temos evidenciado de forma resumida, o fato de que atividades diversas que podem ocorrer em sala de aula, possibilitam a noção de Democracia, isso



porque formas de abordar as diversas questões possíveis em sala de aula podem remeter a organização da sociedade.

Todos(as) os(as) professores(as) que responderam ao questionário e estão atualmente lecionando, destacaram que além de ser possível discutir o conceito de democracia em sala de aula, eles(as) mesmos(as) já conseguiram discutir o conceito com seus alunos e alunas. Por isso, a questão seguinte diz respeito à avaliação dessas discussões. A pergunta feita foi: "Após essa discussão a respeito do conceito de Democracia, qual sua conclusão sobre a aula aplicada, aproveitamento, etc.?"

Três respostas delinearam um bom desenvolvimento das atividades, destacando que a turma se envolveu na discussão, que o conceito foi aprendido pela turma. Outras três respostas citaram uma dinâmica de discussão, reflexão e possibilidade de desmistificação de conceitos.

Os/as estudantes fizeram uma reflexão sobre como podem pensar a sociedade e como deveriam agir nela; (professor(a) entrevistado(a) 06);

Aproveitamento acima da média, com resultados positivos e discussões com bases teóricas clássicas e atuais; (professor(a) entrevistado(a) 08);

Desmistificação de conceitos como cidadania e cultura. (professor(a) entrevistado(a) 13).

Entende-se aqui que a reflexão sobre a sociedade por parte de alunas e alunos, podem construir uma percepção de como atuar na sociedade, desse modo, as reflexões podem partir das discussões teóricas clássicas e atuais, bem como de conceitos mais pontuais, como cidadania e cultura. Fazer com que estudantes pensassem a respeito de seu papel como indivíduo e comunidade também foi citado como fruto das discussões sobre Democracia em sala de aula.

Muito importante para eles se sentirem com o poder da escolha; (professor(a) entrevistado(a) 09);

Excelente. Muitos estudantes entenderam que democracia não é só os governantes que devem atuar, mas toda a comunidade; Sendo que cada um tem seu papel dentro da sociedade. (professor(a) entrevistado(a) 11).

A Democracia pressupõe participação das pessoas que a vivenciam, isso porque, um ambiente democrático visa o bem-comum, como citado ao longo do



texto. Ora, torna-se indispensável que a sala de aula, como lugar para/da educação democrática, a efetivação de seus princípios básicos, como o poder de escolha do povo (estudantes), a participação nas tomadas de decisão, e a percepção dos papéis sociais ligados à cidadania.

Como estamos nadando um mar de rosas, os espinhos sempre aparecem. Como já citado, há uma carga horária reduzida para a disciplina de Sociologia, faltam materiais didáticos e também metodologias. Por tais motivos, as respostas a seguir demonstram dificuldades durante a efetivação dessa discussão.

Acredito que preciso aprimorar os mecanismos pedagógicos para torná-la mais palpável; (professor(a) entrevistado(a) 02);

Constatei uma dificuldade de escuta na relação aluno/aluno, mas o resultado permitiu avançarmos para maior amadurecimento do diálogo; (professor(a) entrevistado(a) 05);

Eles detêm muitas dúvidas. (professor(a) entrevistado(a) 14).

Cada docente vivencia uma realidade a cada turma que passa, o que demonstra a constituição social diversificada. Entretanto, apesar das diversidades encontradas, todas as pessoas têm direito ao acesso à educação, ao conhecimento historicamente constituído e, portanto, acesso aos entendimentos de como sua própria sociedade funciona. Como então pode-se tornar conteúdos relacionados à Democracia mais palatáveis? Como mediar a relação de escuta entre alunos(as)? Como sanar tantas dúvidas? Este artigo pretendeu se colocar como pontapé para essas discussões, ora, se os entendimentos conceituais dos(as) professores(as) estão corretos, por que nem sempre seus alunos e alunas apropriam-se deles?

Segundo a opinião das pessoas interlocutoras desta pesquisa aprender/discutir sobre Democracia pode impactar na vida de estudantes e de sua comunidade, visto que,

1. A democracia é um poderoso meio de diminuição da desigualdade e, somente a instrumentação dos alunos com conceitos sólidos, poderemos criar uma geração cultive-os e os defenda frente aos ataques. (professor(a) entrevistado(a) 01)

2. Ela possibilita: Quebrar paradigmas, *Fake News*, pensamentos de senso comum consolidados pelos meios de comunicação e pela própria comunidade. Oportunizando que os alunos compreendam a dimensão de alienação que os envolve. Possibilita que o aluno



consiga ampliar o olhar para a realidade que o cerca. (professor(a) entrevistado(a) 11);

3. Fomenta: intervir e participar das decisões que afetam o seu local. (professor(a) entrevistado(a) 05);

4. Altera: sua percepção enquanto sujeito ativo que pode influenciar, em alguma medida, sua vida social. Para desenvolver raciocínio e as capacidades de argumentação diante das demandas que estão surgindo e podem ser relevantes para vários grupos. (professor(a) entrevistado(a) 08);

5. Aprender sobre a responsabilidade de escolher é muito importante pois pode definir o futuro de uma nação. Impacta no comportamento diário deles (alunos e alunas), passando a se comportar com mais autonomia, e entendendo que o Estado tem a obrigação de respeitar tanto ele quanto sua comunidade, sabendo que podem se organizar para agir politicamente. Pode ajudar a mudar a ideia de cidadania. Talvez uma maior participação política dos estudantes (Professores(as) entrevistados(as) 09 e 13).

Como já salientado, observar as percepções de professores e professoras nos leva ao entendimento de que além de importante as discussões a respeito da Democracia em sala de aula, ela é crucial para a manutenção da própria Democracia vivenciada pelos(as) estudantes. Sendo assim, as questões democráticas afetam individualmente cada pessoa, suas comunidades também são afetadas, por isso, munir estudantes dos entendimentos relacionados à cidadania e seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs tornam-se imprescindíveis.

Apesar dos limites, temos evidenciado que é na prática docente que se possibilita uma cidadania ativa em prol da Democracia participativa. Dando por fim destaque ao fato de que cada aluno e aluna é portador(a) e criador(a) de direitos, que perpassam também suas especificidades.

Entendendo os limites de páginas deste artigo, vale citar a relação de temáticas imprescindíveis para a formação cidadã listadas pelos professores e professoras que foram interlocutores desta pesquisa. Dentre os conteúdos imprescindíveis para a formação, humana, social e política dos(as) alunos(as), foram citados:

Democracia; Direitos Humanos; cidadania; pensamento científico e crítico; diferenças (relações étnico-raciais, identidade, gênero e classe social); Diversidade; juventude; senso-comum; estratificação social; política (participação política); cidadania; Antropologia e clássicos da Sociologia; cultura; desigualdade social (luta de classes e movimentos sociais); economia; relação indivíduo-sociedade; ética; trabalho; e história do Brasil (Professores(as) entrevistados(as)).



Os conteúdos citados acima, extraídos das respostas dadas nos levam a perceber a importância da articulação de temas transversais quando se tratam de discussões relacionadas à Democracia. Entendendo que para a compreensão da Democracia, não basta saber a definição do conceito, e mesmo que se deve votar, mas os porquês sociais que envolvem todo o processo democrático devem ser evidenciados. Partindo da realidade dos(as) estudantes, de suas comunidades, em que se pode aprender inclusive sobre si mesmos(as).

4 Considerações Finais

A escola precisa ser uma instituição educativa democrática, pois é fundamental na sociedade, sendo local de discussões que fomentam a vivência da cidadania ativa. As aprendizagens devem contribuir efetivamente na formação integral de seus alunos e suas alunas, partindo da compreensão de que a educação deve ser crítica com propósito emancipador, dessa forma, a constituição de um corpo administrativo e docente capaz de possibilitar e mediar tais discussões é fundamental, tendo em vista que a Democracia é constituída não só por conceitos, mas sobretudo pelo fazer democrático.

Como demonstrou esta investigação, professores e professoras são mediadores e mediadoras na construção da percepção de sociedade por parte de estudantes. As reflexões teóricas clássicas e atuais, o entendimento de conceitos, a percepção de que se é um cidadão culturalmente situado, pode fomentar em alunos e alunas reflexões sobre ser indivíduo e parte da comunidade.

Neste sentido, quando se estuda sobre Democracia em sala de aula constrói-se estudantes que entendam os princípios do Estado, seu papel ativo na construção da sociedade e o direito de escolha, por exemplo. Ora, viver em uma Democracia consiste da convivência com as diversidades e diferenças, que constituem os diversos posicionamentos. Ao compreender a escola como espaço social onde as relações sociais acontecem, há possibilidades diversas de ações de caráter educativo teórico e prático facilitadoras de construções intelectuais individuais e coletivos.

Sendo assim, para professores e professoras participantes dessa pesquisa a sala de aula serve como lugar de diálogo, auxiliando na formação cidadã. Percebe-se que a educação democrática é um grande desafio, pois, fomentar experiências democráticas em sala de aula, requer tempo e dedicação, bem como, docentes que tenham postura mediadora. A Democracia deve ser vivenciada em ambiente escolar nos diversos momentos educativos, e não apenas quando surgem conflitos, sendo um desafio transformá-lo em um ambiente dialógico.

Ressaltam-se assim diversas possibilidades de constituir em algum momento a vivência democrática dos(as) alunos(as) enquanto integrantes da comunidade escolar na Educação Básica. Por exemplo, a adoção e "Ajudante do dia" nas primeiras fases da Educação Infantil possibilita a criança já nos



primeiros anos de vida compreender a existência de hierarquia nos meios sociais e a necessidade da existência de um representante de seu grupo, bem como a apreensão da existência dos papéis sociais, assim como suscita o instinto de liderança e representatividade dos/para os seus.

No Ensino Fundamental, a eleição de líderes de turma fomenta o debate necessário à construção de uma identidade política e social representativa, tendo em vista que cabe ao grupo eleger um dos seus, o qual ficará incumbido de fazer a ponte entre alunos(as), professores(as) e coordenação, objetivando o entendimento entre as partes culminando no cumprimento dos direitos de deveres de todos os grupos envolvidos. Nos anos que constituem o Ensino médio, além das discussões conceituais que podem e devem constituir o conteúdo programático da disciplina de Sociologia (tendo em vista sua curta carga horária), a eleição de um Grêmio Estudantil consciente de seu papel político dentro do ambiente escolar, assim como a promoção de ações objetivando o envolvimento da comunidade escolar (Conselhos e APMs) alinhados com discussões pertinentes a todas as disciplinas da grade curricular são determinantes para a formação do aluno capaz de compreender a gênese do conceito de Democracia, bem como sua existência e aplicação teórica e prática no dia a dia.

A possibilidade de inserção de alunos e alunas nos conselhos deliberativos das escolas tem o poder de fomentar o sentimento de pertencimento com este ambiente, assim como ampliar as percepções a respeito de suas possibilidades de participação nos diversos ambientes sociais e políticos extra escolares. É na escola/sala de aula que alunos e alunas, muitas das vezes, têm o primeiro contato com diversos conteúdos transversais, podem construir percepções de si, de sua comunidade e sociedade circundante. O que torna possível em última instância a vivência de uma cidadania ativa. Pensar a Democracia como tema transversal que deve permear as discussões e construções em todos os momentos da vida escolar, saindo assim do escopo restritivo da disciplina de Sociologia, possibilita ao espaço escolar desenvolver com maior eficiência seu objetivo final, um ensino emancipador intelectual, social e político, cumprindo assim seu papel na sociedade enquanto espaço formador de um ser humano completo.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e Democracia**. Revista Lua Nova, nº 33, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/LTSGRTDqFD4X74DxLsw9Krz/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 20 maio. 2025.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. **A amostragem em Snowball (Bola de Neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. Disponível em:



Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 12, n. 31, p. 451-471, abr./jun. 2025.

Comentado [CR3]: Ajustar todas as referências conforme a abnt 6023.

Todos os títulos das obras são em negrito

Comentado [CR4R3]: Os textos provenientes de periódicos online ou internet precisa do site e data de acesso conforme a norma

<https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111>
Acesso em: 20 de maio de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

CORTE, Tiago Dalla. CORTE, Thaís Dalla. **A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 10, nº2, maio-agosto, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45992>
Acesso em: 20 maio. 2025.

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. **Educação, conflito e convivência democrática**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. vol.16, n.61, pp.503-513, 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40362008000400002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 maio. 2025.

FERNANDES, Myla Freire Machado. **Abordagens teóricas relevantes para o estudo da educação política**. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 17-31, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/145>
Acesso em: 20 maio. 2025.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Escola Pública e democracia no Brasil: alguns apontamentos**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 21 (1): 19-31, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/3600> Acesso em: 20 maio. 2025..

JARDIM, Luiza Brunetti Silva. **O que se entende por educação política no Brasil?** Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 17-31, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>
Acesso em: 20 maio. 2025.

KLEIN, Ana Maria. **Democracia na escola**. Programa de Ética e Cidadania da UFMG, 2007.



MARCON, Telmo. **Educação e Democracia: Formação política para a convivência em uma sociedade plural**. Revista Roteiro, Joaçaba, v. 40, n. 2, p. 377-394, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/6548> Acesso em: 20 maio. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. **Resgatar a participação: Democracia Participativa e Representação Política no debate contemporâneo**. Revista Lua Nova, São Paulo, 100: 83-118, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dLkRQT88JKty5dWBWKKm4vL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 maio. 2025..

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), 1948.

SALES, Liliane Marquardt. **BRASIL: Um olhar para o(s) conceito(s) de Democracia**. Revista Alamedas, Vol. 2, n.1, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/items/a4f3c92a-3e13-4446-a588-c5df6599dd12> Acesso em: 20 maio. 2025.

SANTOS, Alexsandro. **A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário**. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 17-31, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/143> Acesso em: 20 maio. 2025.

SZEREMETA, Angélica. **Metodologia e Abordagem de Campo: Considerações sobre a utilização da Etnografia como instrumento de a partir da contribuição teórica de Mainardes e Magnani**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, Edição 19, Ano 2017, Maio/2017.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em Bola de Neve na pesquisa Qualitativa: um debate aberto**. Revista Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 20 maio. 2025.

Recebido em: 01 de fevereiro de 2025.
Aceito em: 21 de maio de 2025.
Publicado em: 25 de junho de 2025.

